Editorial

A partir deste número, a editoria da RELET estará no Brasil, acompanhando a nova direção da ALAST, eleita em 2010 para um mandato de três anos. Nos seis números previstos para o período, procuraremos garantir um padrão editorial de alto nível, com o objetivo de tornar a Revista referência internacional em seu campo temático. Para isso, manteremos a tradição de priorizar e estimular contribuições em perspectiva multidisciplinar, com ênfase na América Latina, sem contudo desconsiderar aportes de pesquisadores de outros continentes. Como parte da renovação de sua linha editorial, a RELET passa a publicar textos originais em inglês e francês, além dos dois idiomas latinoamericanos. Apresentamos, ainda como novidade, a “Seção Memória”, cujo objetivo é publicar textos que se tornaram referência e contribuíram para a consolidação dos estudos do trabalho na América Latina, estimulando debates sobre sua relevância, atualidade e pertinência, sempre em perspectiva multidisciplinar. Nos próximos volumes incluiremos também uma seção de “Entrevistas”, com depoimentos de pesquisadores, trabalhadores, sindicalistas e empresários sobre temas relacionados ao mundo do trabalho, e retomaremos a seção “Avanços de Pesquisa”, um espaço para a divulgação de resultados intermediários de investigação empírica.

O número que o leitor tem em mãos traz quatro artigos que giram em torno da temática da insegurança no, e precariedade do trabalho no

capitalismo contemporâneo. O tema é recorrente, mas os resultados de pesquisa apresentados mostram que está longe de se ter esgotado. O artigo de Norberto Kuhn Junior e Cristina Ennes da Silva trata das redes relacionais nas minas subterrâneas de carvão no sul do Brasil na segunda metade do século XX. A proposta é compreender a visão dos trabalhadores que atuam dentro das minas e analisar a rede relacional que se estrutura tanto entre os trabalhadores de subsolo quanto com a companhia de mineração, buscando compreender a coexistência de distintas racionalidades no fundamento das ações sociais.

O estudo de Sabine Fortino e Danièle Linhart sugere que, para o trabalhador, reconhecer-se nos resultados de sua atividade, estar em acordo com as maneiras e o poder de fazer o trabalho segundo as regras da profissão, são componentes essenciais de relações de trabalho não patológicas. Num mundo globalizado e liberal, aquelas relações se tornaram fortemente individualizadas e personalizadas, e as finalidades éticas impostas aos assalariados estão relacionadas com a captura, pela gerência moderna, de sua subjetividade como aspecto central da eficácia econômica das empresas. Essas transformações são estudadas nos setores ferroviário e de ensino da França, onde as autoras identificam o esvaziamento da cumplicidade ética dos trabalhadores com a finalidade republicana de seu trabalho. Para Fortino e Linhart, os coletivos enfraquecidos por uma modernização fundada na individualização devem criar as condições favoráveis a uma re-elaboração das regras do jogo profissional em relação aos jogos fundamentais da sociedade. O surgimento da temática do sofrimento no trabalho, particularmente naquele país, tem a ver com esta fase de forte vulnerabilidade ligada às dificuldades de os coletivos desempenharem esse papel crucial.

Jorge Walter, Mario Py e Adrián Darmohraj apresentam resultados de uma pesquisa de percepções sobre a gestão da segurança por parte de gerentes, supervisores e operários de uma planta siderúrgica de um grupo multinacional na Argentina. A investigação foi motivada pelo fato de que, no processo de busca da certificação de segurança, houve grande aumento do número de acidentes com morte, o que, segundo a direção da empresa, se deveu ao desrespeito às normas de segurança por parte dos operários. Ao final do texto, os autores identificam as dificuldades da tentativa de convergência entre as regras informais que comandam as condutas operárias e as regras formais certificadas por iniciativa da empresa, e afirmam que as regras formais não são condição suficiente para que uma nova cultura se desenvolva. Ao atribuir aos operários a respon-

sabilidade pela não aplicação das regras prescritas, a empresa, na verdade, mantém a tradição de deixar a segurança do trabalho nas mãos dos trabalhadores.

Encerrando o conjunto de estudos relacionados com insegurança e precariedade do trabalho, o artigo de Jucelino Pereira Luna e Roberto Vêras de Oliveira analisa as relações entre informalidade e precariedade a partir de uma pesquisa junto à categoria dos mototaxistas na cidade de Campina Grande, na região nordeste do Brasil. O mototaxismo é visto como um tipo de resposta que os trabalhadores e a sociedade vêm dando à crise do trabalho e do emprego. O texto explora as práticas e as percepções sociais de segmentos diferentes dessa categoria profissional, como se veem, como são vistos e como dialogam com as condições impostas pela nova situação de trabalho.

Cecilia Senén González, Bárbara Medwid e David Trajtemberg analisam as mudanças na negociação coletiva na Argentina, realizando comparação entre duas fases desse processo: o período das reformas de cunho neoliberal, que enfraqueceram os sindicatos e implementaram a flexibilização no mercado de trabalho; e a nova etapa iniciada em 2003, com a reativação da economia e uma maior intervenção do Estado. O texto demonstra como a estrutura da negociação coletiva se altera em função de determinantes econômicos, jurídico-institucionais ou político-ideológicos, e utiliza para essa tarefa os debates sobre o tema na literatura internacional, confrontados com os dados do Ministério de Trabajo, Empleo y Seguridad Social daquele país.

O artigo de Graciela Bensusán, Jorge Carrillo e Ívico Ahumada Lobo aborda as práticas de emprego e as relações de trabalho das corporações multinacionais no México. A pesquisa identifica os determinantes da existência (ou não) de sindicatos e outras formas de organização de trabalhadores, e mostra como as empresas adaptam suas operações às práticas comuns existentes no país, levando em consideração a percepção dos gerentes sobre o sistema de relações de trabalho no que se refere à representação trabalhista e à negociação coletiva. Concluem, dentre outras coisas, que as empresas multinacionais se aproveitam do sistema de relações de trabalho para conseguir as margens de flexibilidade necessárias para responder às pressões da competição.

A Seção Memória traz a primeira parte do texto do sociólogo brasileiro recentemente falecido, Juarez Rubens Brandão Lopes, *O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*. O texto, originalmente publicado em 1960, apresenta, provavelmente, o

argumento de maior impacto na sociologia do trabalho brasileira da primeira metade dos anos 1960, já que boa parte da literatura posterior tomou-o, de um modo ou de outro, como referência. Seu interesse eram os ajustamentos de comportamento exigidos dos trabalhadores migrantes do campo quando incorporados à indústria, num processo que combinava, em geral, mobilidade geográfica e mobilidade social. Para Juarez, o Brasil estava às portas de se transformar numa sociedade industrial e, portanto, era essencial à sociologia compreender os mecanismos dessa transformação, sobretudo suas consequências para as populações que viviam do trabalho, no campo ou na cidade. Dominando com maestria a produção sociológica de seu tempo (em particular norte-americana) sobre o industrialismo, seus males e dilemas organizacionais e sociais, ele estava certo de que a industrialização tinha vindo para ficar, e que transformaria para sempre a realidade brasileira (e também latino-americana) e os padrões de incorporação de sua população à dinâmica capitalista.

Por fim, publicamos a resenha de Héléne Y. Meynaud sobre o livro *Travail et rapports sociaux de sexe. Rencontres autour de Danièle Kergoat*, de Dunezat et al., editado em 2010 pela Harmattan. Devemos a Kergoat a elevação das relações de gênero à condição de categoria inescapável dos estudos do trabalho, sem a qual não se compreendem nem a dinâmica da exploração capitalista, nem os caminhos da dominação masculina no mundo contemporâneo. Retomamos, assim, e em grande estilo, a seção de resenhas da Revista, estimulando a comunidade a contribuir com ela.

Uma revista acadêmica é o elemento mais visível de uma comunidade nem sempre identificada como tal, composta pelos editores, autores, pareceristas anônimos, revisores, diagramadores e leitores, eles mesmos podendo desempenhar qualquer um dos demais papéis. A sobrevivência e a qualidade de um empreendimento dessa natureza depende do comprometimento dos diversos elos dessa comunidade com seus objetivos. O Comitê de Redação da RELET, seus editores e a diretoria da ALAST conclamam os estudiosos e estudiosas do trabalho a fazerem deste o principal veículo de divulgação de suas investigações empíricas e inquietações teóricas, garantindo, assim, a continuidade deste espaço de reflexão como referência entre nós.

José Ricardo Ramalho e Adalberto Cardoso